

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.497 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2002



Roosevelt Pinheiro

## Cadastro dificulta uso criminoso de celular

O Plenário do Senado aprovou ontem a primeira das propostas formuladas pela Comissão Mista de Segurança Pública: a criação de um cadastro de usuários de telefones celulares pré-pagos. O projeto vai agora à Câmara.

PÁGINA 3



Roosevelt Pinheiro

Proposta aprovada pelos senadores obriga operadoras de telefonia celular a manter cadastro atualizado de usuários de pré-pagos

### Parecer sobre CPMF sai dia 22 e votação em junho

A prorrogação da vigência da CPMF foi um dos principais temas de ontem no Senado. Geraldo Melo apelou ao PFL para que acelere a votação. Bernardo Cabral confirmou a apresentação de seu parecer para dia 22. Ramez Tebet anunciou que pode convocar sessões deliberativas diárias. E o líder pefelista, José Agripino, previu uma decisão na primeira quinzena de junho.

PÁGINA 7

### Líderes definem nomes para Conselho de Comunicação

Reunidos ontem no gabinete do presidente do Senado, Ramez Tebet, os líderes partidários aprovaram uma relação de 13 nomes para compor o Conselho de Comunicação Social. As indicações serão ainda submetidas à Câmara dos Deputados e posteriormente votadas em sessão conjunta do Congresso Nacional.

PÁGINA 5

### Presidente do STF espera solução do Congresso para os precatórios

PÁGINA 10



Célio Azevedo

Marco Aurélio Mello disse na CAE que o Supremo vai começar a julgar os pedidos de intervenção nos estados



José Cruz

Leomar Quintanilha disse que o jurista reúne todas as condições exigidas para ministro do STF

## Aprovação é defendida por Quintanilha

O advogado-geral da União, Gilmar Mendes, preenche os requisitos necessários para assumir a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), para a qual foi indicado pelo presidente da República. Essa é a avaliação do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), que defendeu, em Plenário, a aprovação da mensagem.

— A indicação do jurista cumpre os preceitos legais e ele reúne as condições de reputação ilibada, de homem probo, conceituado e de condução séria e firme diante de todas as ações que já lhe foram confiadas. Destaca-se na avaliação do ilustre candidato sua vasta folha de bons serviços prestados, notadamente à causa pública — analisou.

Ele registrou que, embora tenham ocorrido manifestações contra a indicação, outras pessoas ligadas à área jurídica vêm defendendo Gilmar Mendes. Destacou que Celso Bastos, do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, considerou “sem precedentes e política” a polêmica em torno da indicação.

Já a Academia Internacional de Direito e Economia, em nota assinada por Arnaldo Wald e Ives Gandra Martins, segundo Quintanilha, considera que Gilmar preenche todas as condições “para exercer a função de magistrado supremo”. O presidente do STF, ministro Marco Aurélio Mello, acrescentou o senador, também se manifestou na mesma direção.

# Gilmar Mendes responde hoje a sabatina na CCJ

Decisão final sobre indicação para o STF cabe ao Plenário. Senado tem competência privativa para aprovar magistrados e outras autoridades

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) continua a examinar hoje a indicação, pelo presidente da República, do jurista Gilmar Mendes, advogado-geral da União, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A sabatina deveria ter ocorrido na semana passada, mas pedido de vista coletiva do relatório do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) adiou a votação da matéria.

A sabatina de Gilmar Mendes será aberta ao público, e a votação do parecer, secreta. A decisão final sobre a mensagem caberá ao Plenário. Na última reunião da CCJ, alguns senadores pediram prazo para analisar melhor a indicação de Gilmar Mendes, após a leitura de expediente encaminhado



José Cruz

Pauta inclui projeto de Simon que anula autorização para cisão de Furnas

do ao presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), pelo ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Reginaldo Oscar de Castro, em que é apontada a existência de ações penais e de improbidade administrativa contra o indicado.

Constam da pauta da comissão outros 33 itens, entre eles projeto

de decreto legislativo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que procura anular a autorização da cisão de Furnas. O relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), é favorável à proposta, mas o vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), apresentou relatório alternativo, pedindo a rejeição da proposta de Simon.

A CCJ também deve analisar relatório do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que facilita a regulamentação da legislação sobre finanças públicas. Atualmente, o texto constitucional estabelece que uma única lei complementar deve regulamentar a matéria. Requião quer que o assunto seja tratado por mais de uma lei dessa natureza.

## Proposta limita valor das multas de trânsito

Projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que retira do Código de Trânsito Brasileiro os casos em que infrações consideradas gravíssimas têm as multas multiplicadas pode ser aprovado em caráter terminativo pela CCJ esta semana. Para isso, basta que os membros da comissão acompanhem o relatório do senador Iris Rezende (PMDB-GO). No entendimento de Lobão, com as regras atuais, as multas são impagáveis. Pela proposta, nenhuma multa deve exceder o teto de 180 unidades fiscais de referência (Ufir).

A CCJ também pode votar terminativamente, na reunião de hoje, projeto de lei do senador licenciado Jorge Bornhausen (PFL-SC) que define regras gerais para os concursos públicos. A proposta, que tramita em con-

junto com outras dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Geraldo Althoff (PFL-SC), estabelece que a taxa de inscrição deve ser definida de acordo com a remuneração do cargo e, caso o concurso seja cancelado, devolvida ao candidato.

Os membros da CCJ devem examinar ainda projeto de lei do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que regulamenta a legislação sobre dano moral, com regras para a sua reparação e critérios para aplicação, pelo juiz, do valor da indenização. O relator, Pedro Simon, ofereceu substitutivo.

Outra matéria que está na pauta da CCJ e pode ser aprovada sem a necessidade de votação em Plenário é o projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que estabelece novas exigências para a publicação de pesqui-



Roosevelt Pinheiro

Edison Lobão argumenta que, pelas regras atuais, algumas multas são impagáveis

sas eleitorais. Entre outras regras, o projeto determina que a pesquisa deve listar os endereços de todos os que responderam à consulta e que o instituto que divulgar resultados fraudulentos terá seu registro de funcionamento cassado. Também relator, Simon recomenda a aprovação da proposta.



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2002

### PLENÁRIO

#### 14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que dá nova redação ao artigo 217 da Constituição, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que altera a redação do inciso IV do artigo 52 da Constituição, para incluir os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório entre as autoridades cuja escolha é aprovada previamente pelo Senado; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incorporando os policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros da União; entre outros.

### COMISSÕES

#### 9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 212/99, dispõe sobre a comercialização de substitutos do leite materno e artigos de puericultura correlacionados; mensagens que submetem ao Senado os nomes de Ricardo Oliva e de Cláudio Pessanha Henriques para exercerem o cargo de diretor da Anvisa; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

#### 10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Mensagem nº 129/02, submete à consideração do Senado o nome de Gilmar Ferreira Mendes para exercer o cargo de ministro do STF; PLS nº 285/99, regulamenta a experimentação técnica-científica na área de engenharia genética, vedando os procedimentos que visem à duplicação do genoma humano com a finalidade de fazer clones de embriões de seres humanos; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

#### 11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: apreciação de avisos do TCU. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

#### 13h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: audiência pública com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre o TRT-SP. Plenário nº 02 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

#### 14h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Mensagem nº 139/02, submete à apreciação do Senado o nome de Miguel Dario Ardissonne Nunes para exercer o cargo de diretor do DNIT. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

#### Após a ordem do dia — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 122/02, propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre o Brasil e o Bird, destinada ao financiamento do Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários; e Mensagem nº 130/02, propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre o Brasil e o BID, destinada a apoiar a balança de pagamento da Mutuária; entre outros.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Dono de celular pré-pago poderá ser cadastrado

Proposta aprovada pelo Plenário do Senado tem o objetivo de inibir o uso desse tipo de telefone em atividades criminosas, como seqüestro e tráfico de drogas. Matéria será submetida agora ao exame da Câmara dos Deputados

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei da Comissão Mista de Segurança Pública que obriga as operadoras de telefonia celular a oferecer um cadastro atualizado dos usuários da modalidade pré-paga do serviço. A proposta tem como objetivo inibir a utilização de celulares em atividades criminosas, como seqüestros e tráfico de drogas. A proposta segue para análise da Câmara dos Deputados.

De acordo com o projeto, o cadastro deve conter nome, endereço e documento de identidade do usuário. Caso a empresa de telefonia se recuse a fornecer o cadastro a autoridade policial ou do Ministério Público, estará sujeita

a multa de R\$ 10 mil a R\$ 100 mil por infração e até mesmo à rescisão do contrato de concessão.

Os usuários também terão que comunicar o roubo, furto ou extravio de seus aparelhos e a transferência de titularidade. Se descumprirem a determinação, serão multados em R\$ 50 por infração. Os recursos arrecadados com as multas serão destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) acredita que a proposta vai diminuir o uso de celulares por seqüestradores ou traficantes. Para ela, o direito de propriedade deve subordinar-se à função social, ou seja, ao bem-estar da população.



A instituição de cadastro com identificação completa do usuário foi acolhida inicialmente pela Comissão Mista de Segurança Pública

Márcio Kalume

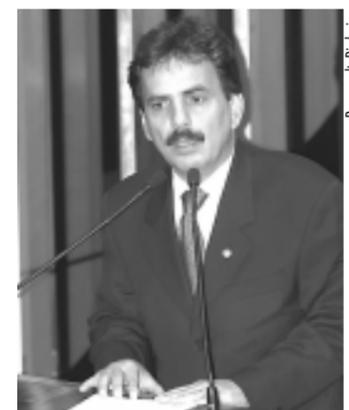
## Ademir destaca instalação de TV católica no Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) solicitou ontem a inserção em ata de voto de congratulações pelo início das atividades da Emissora de Televisão Nazaré, canal 30, sediada em Ananindeua (PA). O parlamentar saudou o arcebispo metropolitano, dom Vicente Zico, e o bispo auxiliar, dom Carlos Verzeletti, responsável pela execução do projeto de instalação da emissora.

O senador informou que a TV Nazaré vai funcionar em caráter experimental, das 6h às 22h30, com dez programas de uma grade de produção local e nacional. A emissora será o veículo de divulgação dos eventos pastorais das paróquias de Belém e do interior do estado, transmitindo missas ao vivo e programa com os bispos, onde estes poderão conversar com a população, por meio de telefonemas e cartas.

— É uma obra do povo católico, que atendeu aos apelos dos dirigentes da Igreja Católica do Pará por entender a importância de um meio de comunicação como a televisão para a divulgação da mensagem do Evangelho — disse.

A emissora, acrescentou, é o resultado de uma campanha idealizada pela Arquidiocese de Belém e pelos católicos do estado do Pará e inaugurada no último sábado, em cerimônia realizada no Centro de Cultura e Formação Cristã. No domingo, os fiéis se reuniram na Basílica de Ananindeua para consagrar o canal a Nossa Senhora de Nazaré, informou ele.



Emissora vai divulgar eventos da paróquia de Belém e do interior do estado, disse Ademir Andrade

Roosevelt Pinheiro

## Proposta institui regras para gastos com publicidade oficial

Transcorreu ontem a terceira sessão de discussão em segundo turno da proposta de emenda à Constituição (PEC) que fixa limites para gastos com publicidade de obras realizadas pelo governo. Pela PEC, ficam disciplinados os gastos com propaganda de estatais e de órgãos



PEC de Maguito Vilela acaba com sucessivas reeleições de dirigentes desportivos

Roosevelt Pinheiro

da administração direta. A identificação pessoal na publicidade oficial também fica proibida para todos os órgãos e entidades de qualquer esfera político-administrativa, e não apenas para a administração direta.

Os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Lindberg Cury (PFL-DF) elogiaram a iniciativa do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) e o parecer favorável do senador José Agripino (PFL-RN), acolhido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

DIRIGENTES DESPORTIVOS  
Outra proposta que avançou na tramitação, com o quarto dia de discussão, em primeiro turno, foi a PEC do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que proíbe a reeleição de diri-

gentes desportivos por mais de um período consecutivo. O projeto fixa em três anos o prazo máximo dos mandatos, permitida apenas uma recondução. Caso não receba emendas em Plenário, a PEC pode ser votada hoje em primeiro turno.

Também foi realizada a segunda sessão de discussão da PEC que determina que os nomes escolhidos para a chefia temporária de missões diplomáticas sejam submetidos ao Senado. O objetivo da proposta é fazer com que os negociadores da formação de blocos econômicos tenham o mesmo tratamento dado a embaixadores, por exemplo. Para o autor da PEC, senador Osmar Dias (PDT-PR), essa é uma maneira de o Congresso participar dessas nego-

ciações, que trazem repercussões para toda a sociedade.

A proposta de iniciativa do governo federal que inclui os policiais militares de Rondônia no quadro de pessoal da União teve seu primeiro dia de discussão em Plenário. A PEC já havia sido aprovada pelo Senado, mas voltou para reexame depois de a Câmara ter alterado o texto. Caso a PEC seja aprovada conforme o parecer da CCJ, o texto estará pronto para ser incorporado à Constituição.

O Plenário aprovou projetos de decreto legislativo outorgando permissão para emissoras de rádio em São Carlos (SP) e Vitória da Conquista (BA). Outros dois projetos aprovados autorizam rádios comunitários em Angical (BA) e Pio IX (PI).

## Plenário aprova três medidas provisórias e libera a pauta

Os senadores aprovaram ontem projetos de lei de conversão de três medidas provisórias (MPs) que trancavam a pauta. Como já haviam sido aprovadas pela Câmara dos Deputados, as matérias seguem para sanção do presidente da República.

A MP nº 32 estende os efeitos da autorização dada à União em novembro de 2001 para assumir responsabilidades civis em caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras.

As outras duas medidas provisórias, de nº 31 e 34, abrem cré-

ditos extraordinários no Orçamento. Uma delas destina R\$ 209,6 milhões à Presidência da República e aos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional. A outra transfere R\$ 800 milhões para o Ministério de Minas e Energia, para compensar perdas sofridas pelo setor elétrico em função do racionamento de energia que foi adotado no país, e R\$ 5 milhões para o Ministério da Integração Nacional, a fim de cobrir prejuízos causados por enchentes na região de Teófilo Otoni, em Minas Gerais.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) e outros integrantes do

Bloco Oposição votaram contra a medida provisória que destina recursos do Orçamento para o setor elétrico, repetindo a posição adotada na votação da MP nº 14, que criou o seguro anti-apagão. Na opinião da senadora, o governo federal volta a sacrificar os consumidores, que tiveram que contribuir com o racionamento de energia.

— Queríamos que a população não fosse duplamente punida. A responsabilidade não cabe aos consumidores, visto que a culpa disso não era de São Pedro, mas da falta de investimentos. Tampouco há necessidade de compra de energia emergencial, por não haver previsão de racionamento nem nos próximos 70 anos — reclamou Heloísa Helena.

Já o senador Luiz Otávio (PPB-

PA) elogiou a estratégia seguida pelo governo federal para contornar a crise energética. Entre as possibilidades de investimentos futuros, Luiz Otávio destacou a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que deve levar desenvolvimento para o estado e a região amazônica, tendo em vista que poderá substituir a energia termelétrica atualmente consumida na região.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) defendeu a aprovação da MP por incluir recursos para atender às vítimas da região de Teófilo Otoni. Segundo ele, os prejuízos causados ultrapassam R\$ 20 milhões e, a seu ver, o governo federal poderia ter oferecido “muito mais” ao estado.

## Senadores avaliam nome para o DNIT

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza hoje, às 14h30, reunião extraordinária para apreciar o nome de Miguel Dario Ardissonne Nunes, indicado pela Presidência da República, para o cargo de diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), órgão do Ministério dos Transportes.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) é o relator da matéria na comissão.



O documentário relata a trajetória de Juscelino até a Presidência da República

## TV lança hoje documentário sobre Juscelino

O documentário *JK: um Cometa no Céu do Brasil*, produzido pela TV Senado, será lançado hoje, ao meio-dia, no Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, na Câmara dos Deputados. O programa conta com depoimentos de Celso Furtado, Oscar Niemeyer, Maristela Kubitschek, Carlos Heitor Cony, Ronaldo Costa Couto, Vera Brant, Ernesto Silva, Affonso Heliodoro, Serafim Mello Jardim e dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e José Sarney (PMDB-AP).

O documentário é uma das iniciativas da Comissão Mista Especial do Centenário de JK como parte das comemorações em homenagem a Juscelino Kubitschek. A cineasta Maria Maia assina a pesquisa, roteiro e direção do documentário, que relata a infância de Juscelino em Diamantina e sua trajetória até a Presidência da República.

# Projeto que proíbe a clonagem humana será votado hoje na CAS

A proposta do senador Lúcio Alcântara, examinada em decisão terminativa, veda também a chamada "barriga de aluguel" no uso das técnicas de reprodução assistida

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota hoje, em turno suplementar, substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta o uso das técnicas de Reprodução Assistida (RA) para a implantação artificial de gametas ou embriões humanos, fertilizados *in vitro*, no organismo de mulheres receptoras. A decisão será terminativa, o que significa que, se for aprovada, a matéria segue para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso de um décimo dos senadores para que seja submetida ao Plenário.

O substitutivo acrescenta dispositivos à Lei nº 8.974, de 1995, para vedar a clonagem radical em seres humanos por meio de qualquer técnica de genetechnologia. O relator quer atribuir força de lei à proibição, já prevista em instrução normativa da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O texto a ser votado proíbe também a chamada "barriga de aluguel" e, entre outras coisas, permite que o poder público organize um cadastro na-

cional permanente de informações sobre a prática de reprodução assistida.

Na mesma reunião, a CAS, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), vota, também em turno suplementar, substitutivo de Geraldo Althoff (PFL-SC) a projeto de Geraldo Cândido (PT-RJ) que regulamenta a comercialização de substitutos do leite materno. O projeto trata igualmente da promoção comercial e da rotulagem dos substitutos do leite e de artigos como mamadeiras, bicos e chupetas.

A CAS aprecia ainda duas mensagens presidenciais: a primeira sobre a recondução de Ricardo Oliva ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e a segunda sobre a indicação de Cláudio Maierovitch Henriques para o mesmo órgão, na vaga de Luiz Felipe Moreira Lima, diretor de Medicamentos. Ambas as mensagens têm parecer favorável do senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

## Carlos Bezerra propõe uso do FGTS para reconstruir casa

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou projeto de lei que permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a reconstrução da casa própria danificada em razão de calamidade pública ou caso fortuito. O projeto tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Bezerra argumenta, na justificativa, que a proposta está de acordo com a finalidade social do FGTS, que, além de disponibilizar recursos para a aquisição da casa própria, visa conferir proteção financeira mínima ao trabalhador em casos de emergência, como desemprego involuntário e doença grave.

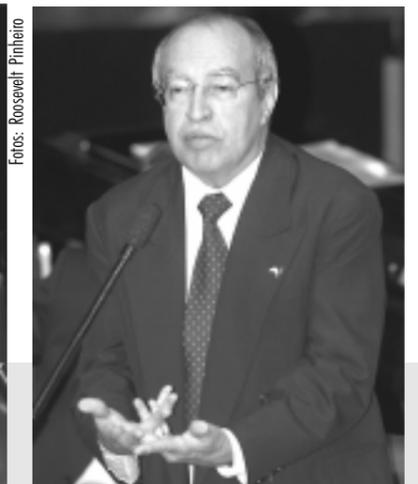
— Não há que se questionar que a utilização dos recursos para reconstrução do lar destruído em função de situação fortuita uma, simultaneamente, o direito à mo-



Carlos Bezerra argumenta que projeto está de acordo com a finalidade social do FGTS

radia com a consecução do objetivo de disponibilizar recursos para casos emergenciais.

De acordo com o projeto, a nova situação de saque será regulamentada pelo Conselho Curador do FGTS.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Tião Viana apresentou substitutivo à proposta de Lúcio Alcântara na Comissão de Assuntos Sociais, que analisa na reunião de hoje mensagens presidenciais

## Comissão analisa relatório de auditoria no Banco do Brasil

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) discute hoje, a partir das 11h30, quatro relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas no Banco do Brasil, no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e no Programa Nacional de Ali-

mentação Escolar (Pnae). As duas primeiras têm pareceres pelo arquivamento.

Com relação à auditoria no Pnae, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) solicita ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao TCU informações sobre as providências tomadas.

## CMO discute retomada das obras de fórum trabalhista

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve realizar hoje, a partir das 13h30, audiência pública para debater o cronograma das obras do fórum trabalhista de São Paulo e as condições para sua conclusão.

As obras do Tribunal Regional de São Paulo (TRT-SP) foram objeto de desvios de recursos públicos da ordem de R\$ 169 milhões, identificados pela CPI do Judiciário, o que levou à abertura de inquéritos e a processos que resultaram na prisão de várias pessoas, entre elas o juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do tribunal. Foram convidados para a

audiência pública o ministro Almir Pazzianotto, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST); o presidente do TRT-SP, Francisco Antônio de Oliveira; o diretor administrativo do TRT-SP, César Augusto Gilil; o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Appobato Machado; o secretário-geral da OAB-SP, Valter Uzzo; e o engenheiro-master e coordenador da equipe de engenharia do Banco do Brasil, Joaquim Andrade Filho.

O Tribunal de Contas da União (TCU) deve também enviar um representante para o debate.

## Código de Ética da Casa começa a ser discutido

O Conselho de Ética deu o primeiro passo para a implantação de um Código de Ética do Senado Federal. O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), presidente do conselho, apresentou um anteprojeto de código para a análise dos senadores, que terão até o dia 7 de junho para apresentar sugestões. Depois disso, será nomeado um relator para o projeto.

O Código de Ética conterá os princípios e as regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos senadores. O texto elaborado por Juvêncio restringe os atos a serem investigados àqueles praticados no exercício do mandato. A idéia é resolver o principal questionamento surgido durante o último processo analisado pelo conselho e que resultou na renúncia do ex-senador Jader Barbalho. Naquela ocasião, a defesa de Jader alegou que os fatos investigados – um suposto desvio de recursos da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) – teriam ocorrido antes do início do mandato em 1995.

– A virtude do texto é clarear áreas de penumbra e especificar as condições para que o senador seja processado e até mesmo seja pedida a sua cassação – disse o presidente do conselho.

Outra novidade é a especificação de quem possui competência para apresentar representação contra senador. Juvêncio optou por seguir o disposto no artigo 55 da Constituição, ou seja, atribuiu a competência de representar contra senadores à Comissão Diretora do Senado ou a partido político com assento no Congresso Nacional. “É preciso que se atente ao procedimento constitucional”, disse.

O anteprojeto estabelece também as penas a que estão sujeitos os senadores.



Juvêncio da Fonseca apresentou anteprojeto para apreciação no Conselho de Ética



Lideranças dos partidos consideraram sugestões das entidades do setor para definição de indicados

## Líderes definem nomes para o Conselho de Comunicação

Após aprovação na Câmara e em sessão do Congresso, os 13 nomes irão compor órgão consultivo criado pela Constituição federal de 1988

Os líderes dos partidos no Senado reuniram-se ontem no gabinete do presidente do Senado, Ramez Tebet, e aprovaram a indicação de 13 nomes que, caso sejam aprovados também pela Câmara dos Deputados e em sessão conjunta do Congresso Nacional, deverão integrar o Conselho de Comunicação Social.

O conselho é um órgão consultivo do Congresso Nacional criado pela Constituição federal de 1988 com a função de dar pareceres sobre a renovação de concessões de rádio e TV e estabelecer orientações gerais sobre a macropolítica de comunicação no Brasil.

O 1º secretário da Mesa do Senado, senador Carlos Wilson (PTB-PE), destacou que, ao aprovar os nomes para o conselho, o Senado está cumprindo uma determinação constitucional. Carlos Wilson acredita que não será fácil aprovar esses mesmos nomes na Câmara e no Congresso, mas que os membros da comissão seguiram o critério de ouvir todas as entidades que encaminharam sugestões e de atender a grande maioria das propostas. Ele considerou a lista apresentada democrática. “É um início. Acima de tudo é uma demonstração de que estamos aqui para cumprir a lei”, afirmou.

Para o líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), ficou demonstrado que há interesse do presidente Ramez Tebet de instalar, “enfim, depois de 13 anos, o Conselho de Comunicação Social”. Segundo Artur da Távola, com a efetiva instalação do conselho, uma antiga reivindicação da oposição, fica facilitado o exame da proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a participação de pessoas jurídicas e de até 30% de capital estrangeiro nas empresas brasileiras de comunicação social. Para Távola, agora a PEC deverá ser aprovada brevemente.

## Presidente do Senado acompanha a canonização de Madre Paulina

O presidente do Senado, Ramez Tebet, assegurou ontem que os trabalhos da Casa prosseguirão normalmente, sob a responsabilidade do 1º vice-presidente da Mesa, Edison Lobão (PFL-MA), durante sua viagem ao exterior. Tebet viaja hoje, integrando a comitiva oficial que representará o Brasil nas solenidades de canonização da primeira santa brasileira, Madre Paulina,

na Cidade do Vaticano.

– O Congresso não vai parar por isso, e nem é a primeira vez que acontece uma viagem assim. Trata-se de fato inédito para o país e é importante que o Congresso esteja representado em eventos dessa natureza num mundo cada vez mais globalizado – disse.

O senador explicou que, com a viagem, acabam todas as dúvidas

que poderiam surgir sobre a sua elegibilidade, se ficasse no Brasil para substituir o presidente da República.

– Quero afastar qualquer hipótese que me torne inelegível, pois tenho o direito de pleitear continuar representando o estado de Mato Grosso do Sul sem sofrer impugnação de quem quer que seja – afirmou.

## Governador do Pará é recebido por Ramez Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem, em seu gabinete, a visita do governador do Pará, Almir Gabriel, que estava acompanhado pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA), pelo deputado Gerson Peres (PPB-PA), e pelo pré-candidato do PSDB ao governo do estado, Simão Jatene.

Segundo Almir Gabriel, eles fizeram um apelo a Tebet para que a sede do Tribunal Regional Federal seja instalada em Belém e não em Manaus, já que o volume de processos gerados no Pará é praticamente igual ao de todos os outros estados da região amazônica juntos. O governador disse que há um prédio disponível na capital paraense para abrigar a corte, e que a Justiça Federal já opera em Santarém e em Marabá.

O governador disse também que solicitou ao presidente agilidade na tramitação de pedidos de liberação de empréstimos para o estado que já se encontram no Senado.

Tebet também concedeu audiência ao presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado, Amílcar Aquino Navarro, e aos presidentes das associações estaduais, preocupados com a tramitação da proposta de reforma do Judiciário. Segundo Navarro, a associação defende a aprovação da proposta nos termos adotados pela Comissão de Constituição e Justiça.

## Confederação de Municípios quer agilizar projetos

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu visita de representantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM), acompanhados dos senadores Álvaro e Osmar Dias (PDT-PR). De acordo com o presidente da CNM, Paulo Roberto Ziulkoski, o objetivo da visita foi pedir a Tebet agilidade no exame de dois projetos: um que regulamenta o transporte escolar e outro que trata da cobrança da iluminação pública. Ziulkoski explicou que o primeiro projeto determina que os municípios devem arcar com custos do transporte de alunos da rede municipal e o estado com o transporte dos estudantes de escolas estaduais. O segundo regulamenta a cobrança de contribuição para iluminação pública. De acordo com o presidente da CNM, Tebet comprometeu-se a colocar as matérias em votação o mais rápido possível.

# Senado debate Protocolo de Kyoto em audiência pública

Representantes do governo e outros convidados defendem a ratificação do acordo internacional pelo Senado, o que poderá ocorrer na próxima semana

O Protocolo de Kyoto, que poderá ser ratificado na próxima semana pelo Senado, foi debatido ontem em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Participaram da audiência os representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, Antonio Guerreiro, e da Ciência e Tecnologia, Gilvan Meira Filho, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Marina Grossi, do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, Rubens Harry Born, e do Observatório Nacional sobre Clima, Mário Monzoni, além do deputado Fernando Gabeira (PT-RJ).

Os debatedores foram unânimes na defesa da ratificação do protocolo, um tratado internacional para a redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa e aumenta a temperatura do planeta. Eles afirmaram que a ratificação coloca o Brasil numa estratégica posição de vanguarda na questão do meio ambiente nas próximas rodadas de negociação.

## INTERESSES NACIONAIS

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) defendeu a aprovação do acordo, mas observou que o governo brasileiro deve ficar vi-



Protocolo discutido ontem na Comissão de Relações Exteriores visa reduzir emissão de gases que provocam efeito estufa

gilante em relação aos interesses nacionais, "porque, enquanto o Brasil procura seguir os acordos internacionais, os outros países não fazem o mesmo". Ele lembrou que os Estados Unidos não assinaram o protocolo e estão convencendo o Canadá a retirar-se, bem como o Japão, que já pensa em reconsiderar seu apoio, e a Rússia, que não pretende assinar o documento.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) quis saber o que está sendo feito, na prática, para a adequação do Brasil às exigências ambientais do Protocolo de Kyoto. Os convidados explicaram que a questão está sendo tratada como prioridade pelo governo, mas há limitação

de recursos. Eles também ressaltaram que o Brasil já tem uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo.

A senadora Marina Silva (PT-AC) indagou sobre a preparação do governo brasileiro para a próxima rodada de negociações em Joanesburgo, em agosto próximo. O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Gilvan Meira, disse que o Brasil não incluirá detalhes do protocolo, apenas fará uma exortação geral sobre a necessidade de ações para combater o problema da mudança climática do planeta. Ele acrescentou que os Estados Unidos não têm uma proposta alternativa ao Protocolo de Kyoto.

Márcia Kalome

# Patrocínio aplaude posse de Xanana no governo do Timor

A posse do presidente do Timor Leste, Xanana Gusmão, marcada para o próximo dia 20, foi destacada ontem, em discurso no Plenário, pelo senador Carlos Patrocínio (PTB-TO). Ele lembrou que a ascensão do presidente põe fim a 28 anos de ocupação indonésia no país.

O representante tocantinense mencionou o "papel preponderante" desempenhado pelo Brasil na fundação da nova nação independente, destacando o envio de contingente militar para assegurar a ordem no território, após a intervenção pacífica da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1999.

Carlos Patrocínio também referiu-se à atuação do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, administrador transitório do Timor Leste.

— Nosso compatriota merece todos os nossos elogios pela forma honrada e equilibrada como soube conduzir o delicado processo que comandou. Sua ação firme e, ao mesmo tempo, conciliadora fez com que os ânimos se serenassem — comentou.

Salientando que o Brasil tem suas próprias limitações, mas que não pode se omitir na ajuda a povos ainda mais miseráveis, Carlos



Roosevelt Pinheiro

Participação do Brasil no processo de independência do país asiático foi lembrada por Carlos Patrocínio

Patrocínio disse que cabe ao país o orgulho de ter participado "do processo de resgate de um povo" e do surgimento de uma nação livre.

— Se a remessa de recursos financeiros pode ser algo complicado para nosso apertado orçamento, a solidariedade pode ser traduzida em recursos humanos, em apoio logístico, em transferência de tecnologia, em cessão de mão-de-obra especializada em administração pública, em educação, em medicina e tantos outros campos em que o Brasil é hoje um país capacitado para a exportação — afirmou o parlamentar.

# Álvaro aponta fraqueza do governo brasileiro

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) manifestou, em discurso no Plenário, apoio à determinação do ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, de lutar na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios que os países desenvolvidos dão à sua produção agrícola, mas afirmou que o governo brasileiro tem sido tímido em excesso nesse contencioso internacional, que prejudica a agricultura e a siderurgia nacionais. O senador se disse descontente com a "fraqueza do governo brasileiro".

Na opinião de Álvaro, Fernando Henrique Cardoso não teve a habilidade necessária para aglutinar e liderar os demais países em desenvolvimento no objetivo de tentar democratizar as decisões internacionais. Ele entende que liderar um esforço seria a forma viável de impedir que



Roosevelt Pinheiro

Mesmo criticando o Executivo, Álvaro reconheceu esforço do ministro da Agricultura contra protecionismo

as nações emergentes sejam "subjugadas por uma política internacional de perversidade incomum, que se acerba a cada momento".

Ao citar o Paraná como exemplo de estado injustiçado pelo protecionismo adotado nos países desenvolvidos, Álvaro Dias destacou que o agronegócio é responsável por 64% do Produ-

to Interno Bruto (PIB) de seu estado, que atinge cerca de R\$ 71 bilhões, e que, das exportações paranaenses, 36% se destinam aos países da Europa e 18% aos Estados Unidos e ao México.

Observando o quanto esse contencioso é preocupante para o Paraná, o senador disse que a agricultura brasileira não pode mais ficar desassistida. A situação da siderurgia nacional, também alvo das salvaguardas norte-americanas, é igualmente preocupante, acentuou Álvaro Dias.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que a atividade rural tende a ser cada vez mais cara, principalmente nas maiores economias do planeta. Em sua opinião, é chegada a hora de o Brasil também subsidiar a agricultura, garantindo preços e proteção a quem produz.

# Mozarildo defende esforço em defesa da extensão rural

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu um mutirão nacional em defesa dos programas de assistência técnica à agricultura e de extensão rural. Ele divulgou em Plenário correspondência enviada pelo secretário de Agricultura de Roraima, Róbson Oliveira de Souza, relatando as dificuldades de manutenção de

programas desse tipo no estado.

De acordo com o secretário, os recursos de origem federal para as atividades de assistência técnica e extensão rural vêm sendo paulatinamente reduzidos, chegando ao ponto de não ter sido transferido qualquer valor em 2002. O senador salientou que os esforços do governo de Roraima para manter os programas podem não ser suficientes para evitar a sua extinção.

Mozarildo fez um apelo ao presidente da República e aos ministros do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento para que seja normalizado o repasse de recursos para a extensão rural. Ele alertou para as conseqüências graves da descontinuidade dos programas. O senador teme o aumento do êxodo rural e o inchaço das cidades, além do empobrecimento das populações do campo.



Roosevelt Pinheiro

Mozarildo Cavalcanti alertou para risco de aumento do êxodo do campo para as cidades

## CPMF

# Geraldo Melo pede ao PFL para acelerar votação

O líder do PSDB no Senado, Geraldo Melo (RN), fez ontem, em discurso, um apelo ao PFL para que concorde em votar o mais rápido possível a proposta de emenda à Constituição que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até o final de 2004. Ele informou que os ministros da área econômica anunciaram um congelamento de verbas orçamentárias de R\$ 5,3 bilhões para compensar as perdas com a arrecadação da CPMF, que deixará de ser cobrada a partir de 17 de junho. Entre congelamento e acréscimo de arrecadação, o governo quer obter R\$ 6,4 bilhões.

— É uma pena ter de fazer cortes nos ministérios. Serão poupados apenas a Saúde, a Educação, os programas de assistência soci-



Geraldo Melo lamentou a necessidade de congelar verbas orçamentárias

al e a reforma agrária. Este é o preço do atraso na votação da CPMF. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo é obrigado a fazer cortes ou aumentar a arrecadação quando as receitas caminham para um valor menor que o projetado no Orçamento — acrescentou.

Geraldo Melo disse não compreender por que “mudaram de uma hora para outra” as teses que levaram o PFL a ajudar o governo a implantar, prorrogar e alterar a cobrança da CPMF. Ele observou que há poucos dias o PFL ajudou a aprovar a emenda constitucional na Câmara e destacou que a CPMF se transformou em um vigoroso instrumento fiscal, por arrecadar cerca de R\$ 20 bilhões por ano e alcançar

a movimentação financeira inclusive dos sonegadores.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), relator da matéria na CCJ, informou ter recebido o projeto apenas no último dia 7 e lembrou que a Câmara dos Deputados demorou cerca de um ano para votar a prorrogação da CPMF. Cabral observou que desde a semana passada tem dito que poderá apresentar seu parecer no dia 22 e a votação dependerá da disposição dos senadores da CCJ. O líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse que seu partido “saberá cumprir seus deveres com patriotismo”.

Já o senador Francelino Pereira (PFL-MG) ponderou que “o Brasil inteiro é contra a CPMF” e existem algumas perguntas sem respostas, como a provisoriedade da contribuição. Ele questionou se Geraldo Melo estava responsabilizando o PFL e ouviu do líder do PSDB que apenas fazia um apelo em favor da rápida votação da matéria.

## Agripino diz que partido age em respeito aos interesses nacionais

O líder do PFL no Senado, José Agripino, afirmou ontem que seu partido votará a prorrogação da CPMF movido exclusivamente pelo respeito aos interesses nacionais. Ele descartou a possibilidade de “querelas individuais ou regionais” estarem interferindo na condução do PFL em relação à

votação da proposta de emenda à Constituição.

Agripino criticou o pronunciamento do líder do PSDB, Geraldo Melo, por ter responsabilizado o PFL pelo atraso na votação. “Seu intuito foi colaborar para agilizar a votação, teve efeito justamente contrário”, ressaltou.

Ao responder ao pronunciamento de Agripino, uma vez que foi citado, Geraldo Melo afirmou que seu discurso anterior havia sido mal interpretado. “Em momento algum responsabilizei o PFL pe-



Segundo Agripino, PFL não está considerando “querelas individuais ou regionais”

lo atraso na votação. Ao contrário, fiz um apelo para que o partido, respeitando a consciência jurídica e política de seus integrantes, votasse a CPMF o mais rapidamente possível”, explicou.

Segundo Melo, os cortes de investimentos e despesas anunciados

pelo governo para compensar o atraso na votação estão consumados. “Está nas mãos dos senadores reduzir o tamanho desses cortes, aprovando a prorrogação da CPMF com rapidez”, disse. Ele lembrou que o PFL, durante sete anos e meio de participação no governo Fernando Henrique, deu uma enorme contribuição para os avanços econômicos e sociais que o governo obteve. “Tenho certeza de que o partido continuará a agir em consonância com os interesses do país”, declarou.

## Parecer de Bernardo Cabral será apresentado no dia 22

O senador Bernardo Cabral afirmou ontem, em Plenário, que o parecer que apresentará à proposta de emenda constitucional que prorroga a cobrança da CPMF será guiado por sua “consciência jurídica”. Ele disse que não adianta “amigos ou ministros” pressionarem para que acelere seu parecer, observando que a matéria não trata apenas da CPMF, mas de outros assuntos complexos, como precatórios, fundo de privatização e imposto sobre serviços.

— Não tenho nenhum objetivo de retardar a apresentação do pare-

cer para beneficiar terceiros, para prejudicar o governo, como não tenho nenhum motivo para forçar a minha consciência jurídica — afirmou.

Durante reunião com a bancada do PFL, Cabral manteve a data de 22 de maio para apresentar seu parecer. A reunião foi realizada depois que, na véspera, o senador Edison Lobão (PFL-MA) sustentou, em entrevista, que o seu partido po-



Cabral afirmou que vai se guiar por sua “consciência jurídica”

deria rever posição assumida no mês passado de seguir à risca o regimento na tramitação da proposta de prorrogação da CPMF. Lobão ponderou que o governo estava jogando sobre o PFL a responsabilidade pelos atrasos de votação da matéria no Senado, apesar de

o projeto ter passado quase um ano na Câmara e ter chegado ao Senado há cerca de 15 dias.

## Tebet pode convocar sessões deliberativas diárias

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou no final da tarde de ontem que o Plenário será convocado a realizar sessões deliberativas diárias após o exame do relatório do senador Bernardo Cabral sobre a proposta de emenda à Constituição que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A previsão é de que a PEC



Tebet disse que sente no Senado o desejo de aprovar a PEC

seja analisada na comissão no próximo dia 22.

— Se aprovado o parecer de Cabral, a matéria será encaminhada à Mesa e depois publicada. Como presidente, posso convocar sessão deliberativa de segunda a sexta. Normalmente só há votações de terça a quinta — explicou.

Tebet adiantou que só marcará mais de uma sessão por dia se houver acordo unânime de lideranças,

como aconteceu na votação da PEC que acabou com a imunidade parlamentar, mas admitiu “sentir na Casa desejo de aprovar a matéria”.

Sobre os cortes no Orçamento anunciados pelo governo como resultado do atraso na votação da CPMF, Tebet disse acreditar que foram feitos “por necessidade” e terão que ser recompostos pelo governo depois.

— Sempre que há cortes é muito ruim, ninguém gosta, porque isso significa atraso nos investimentos e é preciso haver investimentos — comentou.

## Líder pefelista prevê decisão final do Plenário até 15 de junho

Depois de reunir a bancada do PFL no Senado, no início da noite de ontem, o líder José Agripino, em entrevista à imprensa, disse acreditar que o Senado encerrará as votações da proposta de emenda constitucional que prorroga a CPMF ainda na primeira quinzena de junho. Ficou acertado que o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral, apresentará seu parecer no dia 22, como previsto desde a semana passada. A CCJ deverá votar a proposta nesse mesmo dia.

José Agripino previu que a PEC deverá ser lida no Plenário no dia seguinte, 23, começando a contar prazos para sua votação. Na reunião da bancada, ficou decidido, por unanimidade, que o PFL não colocará qualquer obstáculo a que o presidente do Senado, Ramez Tebet, convoque sessões deliberativas nas segundas e sextas-feiras, aumentando a rapidez de

votação da CPMF. O PFL, conforme José Agripino, não descarta que seja acelerado o processo de votação no Plenário.

Por lei, uma proposta que muda a Constituição tem de ser votada por duas vezes pelos parlamentares. A primeira deve ser antecedida de cinco sessões para discussão da matéria e a segunda por três sessões. A atual fase de vigência da CPMF terminará dia 17 de junho e, se prorrogada, a Constituição exige um prazo de carência de 90 dias para que ela possa ser cobrada (noventena). Ou seja, a contribuição só voltará a ser cobrada em meados de setembro.

A bancada do PFL também decidiu que a noventena deve ser mantida, contrariando projeto apresentado nesta semana pelo líder do PSDB, senador Geraldo Melo. O projeto reduz de 90 para 30 dias o prazo entre a aprovação ou prorrogação de uma contribuição social e sua cobrança efetiva.

# Educação cobra concurso para mil professores

Informados de que ministério poderia abrir apenas 500 vagas para docentes do ensino superior, senadores aprovaram ofício pedindo o cumprimento do acordo que pôs fim a cem dias de greve da categoria no ano passado

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, por unanimidade, envio de ofício ao Ministério da Educação solicitando a abertura de concurso público para a contratação de no mínimo mil professores universitários, pelo Regime Jurídico Único. O número de contratados poderia chegar a 2 mil, que preencheriam vagas nas instituições federais de ensino de todo o país.

A decisão foi tomada depois que o presidente da CE, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), leu manifesto assinado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (An-des), em que os representantes dos professores garantem que o Ministério da Educação irá abrir apenas 500 vagas para docentes. As 1,5 mil vagas restantes só seriam autorizadas com a aprovação, pelo Congresso Nacional, de um



Ricardo Santos (com Moreira Mendes e Juvêncio da Fonseca): "É necessário que o MEC cumpra a palavra e não permita quebra de acordo"

projeto de crédito suplementar.

Ricardo Santos assinalou que a greve dos cem dias dos professores universitários só chegou ao fim, em dezembro do ano passado, quando ficou acertado que o Ministério da Educação, entre outras medidas, abriria concurso em 2002 para preencher as cerca de 2 mil vagas existentes no corpo docente de todas as institui-

ções federais de ensino.

— É necessário que o MEC cumpra a palavra e não permita quebra de acordo — recomendou Ricardo Santos, informando que a comissão fará gestões junto à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional para assegurar a liberação dos recursos necessários à contratação dos novos professores.

## Juventude e consumidor terão dias comemorativos

Na mesma reunião, a Comissão de Educação aprovou parecer do senador Gerson Camata (PMDB-ES) ao projeto da Câmara dos Deputados que cria o Dia Nacional do Consumidor, a ser comemorado anualmente em 15 de março. Pelo projeto, caberá aos órgãos federais, estaduais e municipais de defesa do consumidor a promoção de festividades, debates e palestras com o objetivo de difundir maciçamente os direitos do consumidor. O texto segue para análise do Plenário.

Foi aprovado ainda parecer de Ricardo Santos ao projeto da Câmara que institui o dia 12 de agosto como Dia Nacional da Juventude, também dependente de deliberação

do Plenário. De acordo com o relator e presidente da CE, a celebração pode se converter em um apelo às consciências, "de forma a promover a mobilização da sociedade em torno de questões que afligem o cotidiano do jovem cidadão".

A CE aprovou ainda pareceres favoráveis a projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento das seguintes emissoras de rádio: Regional da Mata (Rolim de Moura-RO); Transamazônia (Porto Velho-RO); Moradores (Sales de Oliveira-SP); Super (Sorocaba-SP); Amigos (Sátiro Dias-BA); Educativa (Batayporã-MS); Paróquia de Itajaí (Itajaí-SC); Nascente (Alfredo Wagner-SC); Venda Nova do Imigrante

(Venda Nova do Imigrante-ES); Associação Evangélica Doulos (Colinas-TO); Universidade do Tocantins (Palmas-TO); Esperança e Vida (São João da Boa Vista-SP); Lazer (Pontal-SP); Ecologistas de Tambaú (Tambaú-SP); Desenvolvimento Comunitário (Coreaú-CE); Paes do Vale (Camboriú-SC) e Sistema Integrado de Rádios nas cidades cearenses de Quixadá, Camocim e Brejo Santo.

Foram aprovadas as renovações das concessões das rádios Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (Fortaleza-CE), Nossa Senhora do Rosário (Bragança-PA) e Auri Verde (Bauru-SP), e da Televisão Bahia (Salvador-BA). Todos os projetos serão analisados pelo Plenário.

## Maria do Carmo saúda criação do Conselho Nacional do Idoso

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) registrou a criação, pelo presidente da República, do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. O conselho, afirmou ela, vai corrigir uma injustiça que já se estendia por mais de sete anos, quando o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, ao promulgar a lei que instituiu a política nacional do idoso, vetou todo o artigo que criava o colegiado.

Maria do Carmo ressaltou que o Brasil não é mais um país jovem, lem-

brando que a expectativa de vida tem crescido a cada ano, não só no país como em outras nações, devido a melhorias nas condições de saúde. A senadora lembrou a atuação em seu estado, o Sergipe, do Conselho Estadual do Idoso, criado na administração do governador João Alves Filho, que, desde 93, tem buscado adequar as ações de saúde, educação, lazer e entretenimento ao perfil da terceira idade.

O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, informou Maria do Car-



José Cruz

Maria do Carmo lembra que idoso tem características específicas

mo, funcionará junto à Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

— Já é hora de o país entender que seus cidadãos acima de 70 anos não são apenas adultos que envelheceram, mas, sim, pessoas dignas e ativas que têm características específicas de sua faixa etária, como as crianças e adolescentes — frisou.

## Emilia defende políticas afirmativas para o negro

Lembrando os 114 anos da abolição da escravidão no Brasil, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) defendeu a elaboração e aprovação, pelo Congresso, de políticas afirmativas que revertam o processo histórico de exclusão da comunidade negra. A igualdade de direitos políticos, sociais e econômicos, disse ela, "deve vir agora e para todos".

Emilia traçou um paralelo entre o que ocorre hoje e a situação dos negros um pouco antes da abolição. Ela citou discurso do abolicionista José Bonifácio, que, em 1823, questionou: "Por que espécie de justiça um homem rouba a liberdade de outro e, ainda pior, a liberdade dos filhos desse homem e dos filhos de seus filhos?". Conforme a senadora, não há, até hoje, resposta para essa questão. Ela acrescentou que, em vez de liberdade plena, os escravos conseguiram "uma liberdade de fachada", garantida por decreto em 13 de maio de 1888.

— Enquanto a escravidão era "apenas" moralmente errada, ela foi sustentada pelo poder, incentivada pelos donos de terra e suportada como um mal obrigatório por aqueles que tinham alguma consciência. A abolição ocorre na segunda metade do século 19, quando a escravidão torna-se economicamente



Rosevelt Pinheiro

Segundo Emilia, a igualdade "deve vir agora e para todos"

errada, alterando profundamente o quadro político, econômico e social do país — lembrou.

Na avaliação de Emilia, a abolição significou mais uma tábua de salvação para a elite colonial do que benefícios para o negro, e forjou uma sociedade desigual, racialmente injusta e ainda muito distante da cidadania plena.

— Em pleno século 21, nossa discriminação hipocritamente camuflada não nos permite respeitar as diferenças étnico-culturais, os inúmeras matizes que formam o povo brasileiro — afirmou.

A senadora entende que é preciso buscar a cidadania, respeitar as diferenças, promover a justa distribuição de riquezas e implantar políticas públicas compensatórias e afirmativas, "a fim de assegurar à maioria da população excluída, violentada e discriminada as condições dignas de vida, saúde, trabalho e educação".

## Jucá elogia ações do Sesc-SP nas áreas social e cultural

As atividades promovidas pelo Serviço Social do Comércio (Sesc)/Administração Regional de São Paulo foram destacadas pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR) como fundamentais para o desenvolvimento e para a cultura do Brasil. Reconhecido como uma das instituições que realmente funcionam a contento no país, o Sesc tem as atribuições de planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento cultural do trabalhador das áreas de comércio e de serviços, bem como de seus dependentes, afirmou o senador.

Romero Jucá informou ainda que a regional do Sesc de São Paulo desenvolveu o Programa Assistência, responsável por mais de 21 milhões

de atendimentos, 52% na capital e 48% no interior. No Programa Cultura, foram mais de 2,5 mil espetáculos teatrais, quase 3 mil apresentações musicais, cerca de 1,9 mil sessões de cinema, aproximadamente 417 espetáculos de dança e 273 exposições de artes plásticas e visuais, atingindo um público de mais de 8 milhões de pessoas.

Além desses programas, o Sesc estabeleceu como prioridade o desenvolvimento de atividades em regiões carentes, observou Jucá.

— Além de ser uma das instituições mais importantes como prestadora de benefícios sociais, o Sesc afirma-se também pelo oferecimento de cultura e lazer para os que não podem obtê-los em suas formas mais sofisticadas — declarou.

# Mercadante poderá falar sobre compra da Vale

Artur da Távola anuncia apresentação de requerimento para que deputado explique à Comissão de Fiscalização e Controle interferência no sentido de que a Previ participasse do consórcio que adquiriu Companhia Vale do Rio Doce

A liderança do governo apresentará requerimento na reunião de hoje da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) para convidar o ex-presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) Humberto Eudes Diniz, o ex-diretor da Previ Antônio Nogueiro e o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) a explicarem informações publicadas na edição de ontem do jornal *O Globo*. O anúncio foi feito em Plenário pelo líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), segundo o qual as declarações dadas pelos ex-dirigentes da Previ apontam que Mercadante foi peça chave na formação do consórcio liderado por Benjamin Steinbruch para com-



Távola: declarações mostram que Mercadante foi peça chave na formação de consórcio

prizar a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), pois incentivou a entrada da Previ no negócio. O requerimento precisa ser aprovado pela maioria dos integrantes da comissão.

Távola justificou o convite dizendo que também os partidos de oposição se valeram de notícias

da imprensa para convidar o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, o ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, o ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira e o empresário Benjamin Steinbruch a deporem na CFC sobre suposta propina de R\$ 15 milhões que teria sido pedida ao empresário pelo ex-diretor do BB para viabilizar a compra da Vale do Rio Doce.

Távola lembrou que o procurador Luiz Francisco considera notícia de jornal indício para que a Procuradoria investigue o fato. "Eu não concordo totalmente com a tese, mas considero relevante que a CFC ouça o ex-presidente da Previ, o deputado Mercadante, bem como o ex-diretor da Previ Antônio Nogueiro, para explicar a participação da Previ no consórcio que ganhou a concorrência da Vale."

## Romero Jucá também cobra esclarecimentos

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) também anunciou ontem em Plenário a apresentação de requerimento convidando o deputado federal Aloizio Mercadante a depor na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). Ele quer que o deputado explique sua atuação na privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

A reportagem divulgada ontem pelo jornal *O Globo* — cuja transcrição para os Anais do Senado foi pedida pelo senador em seu discurso — atribui ao ex-diretor da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), Humberto Eudes Diniz, a informação de que Mercadante se reuniu com ele e outro ex-diretor da instituição, Antônio Nogueiro, para incentivar a entrada do fundo de pensão no negócio. O requerimento de Jucá pede também que os dois ex-diretores sejam convidados a depor na CFC.

— A matéria atesta que o atual deputado Aloizio Mercadante foi o grande mentor intelectual e o grande viabilizador do consórcio.

O senador ressaltou que a CFC já convidou a prestar depoimentos o ex-presidente da CVRD Benjamin Steinbruch, o ex-diretor da área internacional do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros. Todos foram ci-



Romero Jucá lembrou que citados em matéria da revista *Veja* foram convidados a depor

tados em matéria da revista *Veja* que acusa Ricardo Sérgio de ter pedido propina para viabilizar a entrada da Previ no consórcio.

A reportagem de *O Globo* informa que, faltando um mês e meio para a realização do leilão da CVRD, Mercadante se reuniu com Diniz e Nogueiro no Sindicato dos Bancários de São Paulo para incentivar a entrada da Previ no negócio. De acordo com Diniz, o deputado federal — na época, sem mandato — disse então ser importante a formação de um grupo nacional, com forte participação dos fundos de pensão, para concorrer com o consórcio Valecon, liderado pelo empresário Antonio Ermírio de Moraes.

Sempre atribuindo as informações a Diniz, a matéria relata que Mercadante temia que o controle da CVRD ficasse com grupos es-

trangeiros, uma vez que Ermírio de Moraes se associara à mineradora africana Anglo America. A reportagem afirma que Mercadante confirmou o encontro, mas minimizou sua participação na formação do consórcio.

Para Jucá, evitar o controle estrangeiro da companhia é um "argumento estranho", já que Ermírio de Moraes é "um grande brasileiro", e disse que Mercadante pode ter minimizado sua participação no encontro "até por conta de sua modéstia". O senador declarou ainda que pode apresentar um segundo requerimento, convidando os atuais diretores da Previ para deporem perante a CFC, devido à informação de que o pré-candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, tem se reunido com investidores da Previ, "provavelmente em busca de recursos para a campanha".

SATURNINO DEFENDE

Em aparte, Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou que, se ele próprio tivesse possibilidade de influir na negociação para que um grupo brasileiro pudesse sair vencedor, teria feito o mesmo. No seu entender, é preciso diferenciar uma tentativa de influência de um pedido de propina de R\$ 15 milhões, de que Ricardo Sérgio está sendo acusado. Já Tião Viana (PT-AC) disse que o PSDB parte para a estratégia do abraço de afogado, agarrando o PT para que ambos caiam juntos no lamaçal.

## Heloísa diz que deputado vai comparecer à comissão

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse ontem que o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) "terá o maior prazer", segundo ele próprio teria afirmado, em comparecer à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) para prestar esclarecimentos sobre a sua participação na decisão da Previ de deixar o consórcio organizado pelo empresário Antonio Ermírio de Moraes e integrar o consórcio formado pelo empresário Benjamin Steinbruch, para participar do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

— Há uma frase antiga de William Shakespeare que diz: "Que pretendes fazer, velho rei? Julgas que o dever terá medo de falar quando o poder se curva à adulação?" No



Heloísa: Mercadante "terá o maior prazer" em depor na CFC

caso específico da oposição, o dever, que não se curva à adulação nem à bajulação, irá cumprir sua obrigação constitucional — afirmou.

Segundo a senadora, o fato envolvendo a Previ e Steinbruch não tem nada a ver com o PT

ou com Mercadante.

— Não há nada que se relacione a passaporte para furto, a um conluio montado para viabilizar tráfico de influência, intermediação de interesse privado, exploração de prestígio — frisou Heloísa. Para ela, "seria lógico solicitar também que o atual senador José Serra fosse à tribuna prestar esclarecimentos, pois é acusado de atos contra a administração pública".

## Freire critica membros do governo por especulações

O senador Roberto Freire (PPS-PE) criticou a postura do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, que, em sua avaliação, sustentam as especulações sobre o risco de investimento no Brasil, caso o pré-candi-



Roberto Freire diz que FHC precisa "calar essa irresponsabilidade"

dato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, venha a vencer as eleições em outubro próximo. O presidente Fernando Henrique Cardoso, disse o senador, precisa "calar essa irresponsabilidade".

Freire afirmou que, enquanto especulações desse tipo eram levantadas por "consultores sem nome de bancos internacionais", o assunto não chegava a preocupá-lo, mas ressaltou que a situação é outra quando agentes públicos brasileiros, que exercem autoridade pública, "vocalizam esse fetiche, esse humor do mercado".

— Se fosse verdade o que dizem,

não precisaria haver eleição: o mercado indica, o mercado faz, o mercado determina. É a ditadura do mercado, que tem humor, que se preocupa com o que pensam os candidatos de oposição no Brasil.

Freire estranhou a declaração de Malan de que não se pode

renegociar a dívida interna, lembrando que o próprio Malan renegociou a dívida externa, pactuando novos prazos e juros.

— Que autoridade pública é essa? Está vocalizando o que interessa ao mercado, ou, então, sendo propagandista. Seria legítimo que o fosse, mas não utilizando a autoridade que lhe foi conferida pelo presidente da República.

Na avaliação do senador, com sua atitude, Malan está atentando contra a democracia. Para ele, aqueles que classificam como heresia a indicação para o país de um rumo diferente daquele que defendem é que praticam heresia.

## PRECATÓRIOS

# Congresso deve propor solução, diz Marco Aurélio

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, anunciou ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que, se o Congresso não encontrar uma solução para que os estados paguem os precatórios judiciais, serão julgados os mais de dois mil processos que pedem intervenção federal nas unidades federativas que deixaram de efetuar os pagamentos. A partir de junho, impreterivelmente, anunciou Marco Aurélio, o Supremo começará a julgar os processos.

Marco Aurélio elogiou o projeto do deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP) que, disse, apontou solução "viável e tranquilizadora" para o problema. Ele criticou as alterações feitas na proposta pelo Senado, por meio de substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Para o presidente do STF, o projeto da Câmara, ao chegar ao Senado, sofreu "alterações incompreensíveis" e que somente visaram aos interesses dos bancos. O substitutivo de Tuma, na análise de Marco Aurélio, reduz de 80% para 50% o valor a ser transferido para as contas dos estados e do Distrito Federal e toma como base de cálculo não o saldo dos depósitos feitos em juízo, mas o saldo no período de 1º de janeiro de 2001 até a data de aprovação da nova lei.

## Comissão vota hoje projeto que garante pagamento das dívidas

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), anunciou a realização de reunião extraordinária, após a ordem do dia de hoje, para examinar o projeto de lei de autoria do deputado Arnaldo Madeira que define a utilização dos recursos de depósitos judiciais de causas tributárias no pagamento dos precatórios alimentícios.

A decisão foi tomada por Alcântara diante da urgência de uma definição sobre o assunto. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, informou ontem que colocará em julgamento, naquela Corte, a partir do

Marco Aurélio também explicou que a proposta destina mais 20% dos recursos para a constituição de um fundo. No entanto, disse, se o fundo ficar deficitário, caberá ao estado suprir-lhe de recursos, sem dizer de onde tirá-los. "É claro que eles não vão cumprir o dispositivo legal", acrescentou.

### CALOTE

O ministro defendeu ainda que o Estado tem de adotar uma postura exemplar. "Não pode se transformar num caloteiro oficial, como se transformou nos últimos anos. Se o Estado age assim, descumprindo as decisões da Justiça, o que podemos esperar do cidadão comum? – indagou o presidente do Supremo.

Marco Aurélio disse ainda que, da forma como está, o substitutivo elaborado por Romeu Tuma propiciaria apenas R\$ 300 milhões para São Paulo, segundo estimativas feitas pelo governador paulista Geraldo Alckmin. O estado deve em precatórios, lembrou, R\$ 3,5 bilhões.

O ministro sugeriu que os estados que não atingiram o limite de 60% de comprometimento das suas receitas com a folha de pagamento de pessoal utilizem-se também desse diferencial para o pagamento dos precatórios referentes aos créditos alimentares.

mês de junho, os processos relacionados com o pagamento de precatórios e que pedem a intervenção federal nos estados que não cumpriram as decisões judiciais.

A proposta de Madeira recebeu substitutivo elaborado pelo relator, senador Romeu Tuma, que introduziu várias modificações no projeto original. Caso os senadores adotem o projeto da Câmara e a decisão seja ratificada em Plenário, a matéria seguirá para sanção presidencial.

Se, ao contrário, os senadores da CAE aprovarem o substitutivo de Tuma e o Plenário mantiver esse entendimento, a matéria voltará à Câmara para nova tramitação.



Segundo Marco Aurélio (E), Supremo poderá julgar, a partir de junho, pedidos de intervenção nos estados

## Senadores elogiam posição do presidente do STF

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apoiou ontem a intenção do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, de colocar em julgamento no próximo mês os processos relacionados com o pagamento dos precatórios alimentícios. Autora do requerimento para a realização da reunião com o ministro na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Heloísa leu trecho de um sermão do padre Antônio Vieira, datado de 1655, em que o autor descreve a agonia e desesperança daqueles que aguardam o cumprimento de decisão judicial.

– Esse sermão é bem atual e serve para ilustrar a crueldade que se faz com uma pessoa comum que não vê cumprido seu direito, mesmo depois de o mesmo ser reconhecido pela Justiça – declarou a senadora, criticando o fato de "muitos ricos" conseguirem, por meio de artifícios variados, receber seus precatórios, "enquanto os pobres não o conseguem".

Para Heloísa Helena, os senadores precisam agir com responsabilidade e não devem aprovar aquilo que não poderá ser cumprido. A senadora disse que é preciso realizar levantamento dos precatórios estaduais e das

Precatórios são ordens de pagamento de dívidas decorrentes de sentenças judiciais



No estado de São Paulo, recordista nesse tipo de débito, o valor supera R\$ 2,5 bilhões somente em precatórios alimentares

O pagamento de qualquer precatório pode ser parcelado em até dez vezes, exceto os destinados a fins alimentares



Muitos processos já se arrastam por dez ou 12 anos

Cada estado tem o prazo de 18 meses após a sentença judicial para iniciar os pagamentos



Saturnino: "Brasil é uma nação, não um mercado"



Lauro: pagamento não põe em risco sistema financeiro

finanças de cada estado.

### LUCROS

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) também apoiou as manifestações de Marco Aurélio. Ele registrou seu inconformismo com as informações de que os depósitos judiciais são utilizados pelas instituições financeiras para a

obtenção de lucros.

– Essa situação é no mínimo injusta – disse Maldaner.

Os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Lauro Campos (PDT-DF) elogiaram a coragem e transparência das posições do ministro do STF. Lauro contestou o argumento da equipe econômica do governo de que o pagamento dos precatórios poderia colocar em risco o sistema financeiro nacional. Saturnino disse que a decisão de Marco Aurélio será emblemática, servindo para mostrar que "o Brasil é uma nação e não um mercado, capaz de honrar os valores éticos e morais acima dos interesses do sistema financeiro".

## PRECATÓRIOS



José Cruz

Romeu Tuma garantiu que não é contrário ao pagamento de precatórios alimentícios

### Tuma consultará equipe econômica sobre proposta

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) comunicou ontem, durante reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que vai conversar com a equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso para esclarecer as dúvidas levantadas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, durante depoimento ao colegiado.

Marco Aurélio criticou o substitutivo de Romeu Tuma ao projeto do deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), que determina o uso de 80% dos valores dos depósitos judiciais no pagamento de precatórios alimentícios. Em seu substitutivo, Tuma reduz o percentual para 50%, entre outras modificações.

Romeu Tuma não quis discutir o mérito da matéria, mas garantiu que não é contrário ao pagamento dos precatórios. Ao contrário, disse, ele considera "criminosa" a atitude dos bancos que se apropriam indevidamente dos depósitos judiciais para obter lucros.

— Não é correta essa lucratividade dos bancos. No entanto, é preciso deixar claro que, em nenhum momento, eu tive o desejo de proteger os bancos, mas sim o sistema financeiro — afirmou. Ele acrescentou ter sido alertado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e por outras autoridades econômicas de que o projeto de Arnaldo Madeira, se aprovado como está, poderia representar risco sistêmico para a estrutura financeira do Brasil.

## Comissão vê saídas para crise energética

Parlamentares que analisaram o racionamento de energia elétrica devem se reunir novamente na próxima quarta-feira para deliberar sobre relatório elaborado por Paulo Souto

O final da discussão e a votação do relatório da comissão mista criada para estudar as causas e propor soluções para a crise de abastecimento de energia no Brasil foram adiados para a próxima quarta-feira, dia 22, em reunião marcada para as 14h. O presidente da comissão, deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ), concedeu vista da matéria ao deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Na reunião de ontem, o senador Paulo Souto (PFL-BA) apresentou o relatório final dos trabalhos da comissão. O documento cita como causas da crise de abastecimento de energia em 2001 o aumento da demanda, a sangria continuada dos reservatórios, a falta de chuvas na temporada 2000/2001, a ausência de investimentos pelo governo federal e a falta de ingresso, na velocidade necessária, dos investimentos privados.

Outras causas da crise, segundo Paulo Souto, foram a minimização da importância do risco de déficit pelos diversos órgãos do governo, os atrasos de Angra II e Porto Primavera



Márcio Kallume

Deputado Márcio Fortes, presidente da comissão mista de energia, entre os senadores Moreira Mendes e Paulo Souto

e o desencontro entre o Ministério de Minas e Energia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) — que impediu a correta avaliação do nível dos reservatórios e a adoção de racionamento suave para evitar o esgotamento das reservas de água.

#### CONGRESSO

Entre as recomendações

apontadas pelo relator Paulo Souto, destacam-se a prestação de contas anual ao Congresso Nacional sobre a expansão da oferta de energia elétrica e a situação dos reservatórios e das usinas, a criação de condições adequadas para o licenciamento ambiental das obras destinadas ao abastecimento nacional de energia elétrica e o for-

talecimento do mercado de gás natural.

— Para racionalizar o consumo, também é necessário continuar conscientizando a população de que a energia é escassa. Também são importantes a adoção de processos mais eficientes, como a co-geração, o estímulo às tecnologias que aumentem o rendimento de aparelhos elétricos, o deslocamento da demanda para fora do horário de ponta e a redução de perdas, particularmente pela geração próxima ao local de consumo — enumerou o senador Paulo Souto.

A ação governamental para enfrentar a crise com o racionamento, segundo o relatório, contou com extraordinária colaboração da população. Por outro lado, acrescentou o relator no documento que será votado quarta-feira, o governo tomou providências para criar condições de expandir a oferta de energia e criou a Comercialização Brasileira de Energia Elétrica (CBEE) para contratar geração de energia emergencial.

## Ornélas sugere "enchente ecológica" no São Francisco

O relator da comissão especial destinada ao acompanhamento e avaliação do projeto de conservação e revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), disse que recomendará em seu parecer a realização de pesquisa sobre a viabilidade da "enchente ecológica", proposta pelo professor Arno Maschmann de Oliveira, do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), durante reunião realizada ontem.

De acordo com o professor, não está havendo mudança climática na região do Baixo São Francisco, mas transformações ecológicas produzidas pela construção de reservatórios para hidrelétricas, como Sobradinho e Xingó. A pesca, por exemplo, caiu, naqueles 200 quilômetros de rio, para 10% em relação a 1980. Os bancos de areia também se multiplicaram, impedindo a navegação, pois o es-

coamento das águas é muito lento, explicou.

O professor propôs que se utilizasse no Baixo São Francisco a técnica conhecida como vazão provocada ou "enchente ecológica". Os níveis das barragens seriam regulados de forma a assegurar quatro mil metros cúbicos de água durante 60 dias por ano e 2.060 metros cúbicos por segundo no resto do período. Esse processo eliminaria o assoreamento, ao mesmo tempo em que poderia fazer ressurgir as lagoas marginais, propiciando o crescimento da população de peixes e, depois que elas secassem, a plantação de arroz e outras culturas.

As barragens, ressaltou o professor, eliminam as enchentes naturais que formam as lagoas marginais onde os peixes desovam. Nas lagoas, os alevinos encontram os nutrientes que os tornam "juvenis" em três meses. Nesse estágio eles voltam ao rio em condi-



Márcio Kallume

Heloísa Helena e Waldeck Ornélas ouvem o professor Arno Maschmann de Oliveira sobre as transformações ecológicas no Baixo São Francisco

ções de se defenderem dos predadores naturais, aumentando sua população.

A construção de grandes diques também reduz o nível de escoamento das águas, provocando o aparecimento de bancos de areia, que inviabilizam a navegação e impedem a passagem da matéria orgânica essencial para os peixes.

mento das águas, provocando o aparecimento de bancos de areia, que inviabilizam a navegação e impedem a passagem da matéria orgânica essencial para os peixes.

## Casildo Maldaner protesta contra privatização do Besc

Senador se diz surpreso com possível venda do Banco do Estado de Santa Catarina, que considera patrimônio público daquele estado

Ao assinalar que, em campanha, o governador Esperidião Amin disse que jamais privatizaria o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou ontem que o povo catarinense, que tem essa instituição presente em 293 municípios, está espantado com a informação de que a venda do banco está sendo tramada sem divulgação.

— Qual não é a nossa surpresa quando sabemos que o governo, bem às escondidas, se reúne no Banco Central, acerta com o sistema aqui em Brasília e faz entendimentos para entregar o nosso patrimônio em troca de vantagens para seu governo, trazendo aquilo que pregou à sociedade catarinense — disse.

De acordo com o senador, com essa privatização se dilapidará um



Para Maldaner, governo do estado trai o povo ao mudar compromisso de campanha

patrimônio construído pelo povo do estado ao longo dos últimos 40 anos. O fato é mais lastimável ainda, na opinião de Casildo Maldaner, quando se sabe que o governador busca no governo federal um empréstimo de R\$ 1,7 bilhão para sanear a instituição financeira antes de privatizá-la por uma cifra que pode variar de R\$ 400 a R\$ 600 milhões.

Fotos: José Cruz

O senador informou que esse empréstimo terá que ser devolvido ao longo de 30 anos, portanto, ao longo de uma geração, e com juros.

— Vão entregar o nosso banco, esse patrimônio do povo catarinense, e nos deixar uma conta de R\$ 1,7 bilhão para pagar. Nós vamos ficar com a conta para pagar e sem o banco — lastimou.

Na opinião de Casildo Maldaner, privatizar o Besc significa para os catarinenses ferir o próprio princípio federativo. Ele disse que seu estado é reconhecido pela economia diversificada e pujança do seu povo, sendo uma injustiça retirar do poder público um banco que tantos serviços presta aos municípios. Também informou que a Justiça tem concedido liminares para evitar a privatização, mas o governo catarinense tem derrubado essas decisões judiciais.

## Chico Sartori defende melhorias na BR-364

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) pediu providências ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) — autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes — para obras de conservação, sinalização e iluminação da rodovia BR-364, no trecho próximo ao km 12, nas imediações de Porto Velho (RO). Segundo disse, a precariedade da estrada tem provocado “uma verdadeira revolta” entre os universitários que estudam nos vários *campi* lá situados.

De acordo com o senador, os estudantes estão “trafegando com imensa dificuldade” para terem acesso a suas escolas, principalmente no período noturno, e os protestos estudantis, com bloqueios da estrada, têm provocado inúmeros confrontos entre eles e os policiais rodoviários federais.

— Apelo às autoridades competentes do Ministério dos Trans-



Sartori: situação da rodovia tem gerado confronto entre universitários e policiais

portes para que, no menor espaço de tempo possível, tomem providências para resolver o problema, que tem ceifado inúmeras vidas humanas — afirmou o senador, que passou o final de semana na capital rondoniense. Chico Sartori informou ainda que, na noite do último sábado, um estudante foi atropelado e morto por uma carreta naquele trecho da estrada.

## Bezerra quer incluir leite na política de preços mínimos

Projeto de lei apresentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) propõe a inclusão do leite na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O parlamentar informa que a pecuária leiteira ocupa aproximadamente 3,2 milhões de pessoas e gira mais de R\$ 6 bilhões por ano no Brasil, mas que os produtores, especialmente os pequenos e médios, sofrem com remuneração que em geral é insuficiente para compensar os custos de produção.

De acordo com a proposta, os recursos necessários para cobrir os gastos decorrentes da inclusão do leite na PGPM serão alocados pelo Poder Executivo. A matéria está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, ou seja, cabe à comissão dar a última palavra do Senado, a não ser que haja requerimento para que a decisão seja submetida ao Plenário.

Na justificativa do projeto, o senador argumenta que, na cadeia produtiva do leite, a comercialização, pela concentração existente, representa o maior entrave para o desenvolvimento equilibrado do setor. Como explica Carlos

Bezerra, três empresas distribuem cerca de 45% do produto e apenas duas detêm metade do mercado de iogurte. Outras duas empresas, acrescenta, dominam 50% do mercado de leite “longa vida” e apenas uma vende metade do leite em pó consumido no país.

Na opinião do senador, o mercado comprador, concentrado em poucas empresas — no jargão técnico, um oligopsonio —, é parcialmente responsável pelos baixos preços pagos aos produtores. Carlos Bezerra explica que não houve aumento da renda dos produtores de leite, embora eles tenham apresentado significativa melhoria nas condições sanitárias e tecnológicas da produção. Para o senador, os consumidores também não foram beneficiados pela redução dos preços pagos aos produtores e apenas o setor industrial tem se apropriado dos lucros nesta cadeia.

Para o parlamentar, a Confederação Nacional de Agricultura e entidades representativas do leite consideram que a inclusão do laticínio na política de preços mínimos seria uma das formas de o governo federal incentivar e resguardar os produtores rurais.

## Moreira continua em obstrução para que MP do Código Florestal seja votada

Moreira Mendes (PFL-RO) reiterou ontem que se mantém em obstrução pessoal contra o andamento dos trabalhos do Senado e contra tudo que seja de interesse do governo enquanto não for votada a Medida Provisória (MP) nº 2.166. A MP reformula o Código Florestal e o senador a considera crucial para o estado de Rondônia.

— Enquanto essa MP não é votada, meu estado pena e paga um preço que não deve pagar — afirmou o parlamentar.

Ele disse que, ao desconsiderar a Lei de Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico do seu estado, a MP inviabiliza a economia de Rondônia, impedindo novos investimentos, aumentando o desemprego e diminuindo a arrecadação de impostos. Tendo participado de reunião em que os líderes partidários discutiram a pauta de medidas provi-



Demora na votação da matéria acarreta prejuízos para Rondônia, diz Moreira Mendes

sórias que aguardam votação, ele disse ter tido “o desprazer de ouvir” que não há consenso para votar a MP nº 2.166 e que, diante disso, ela não deverá ser submetida a votação antes de uma discussão mais ampla.

— Nós estamos discutindo essa MP há quase seis anos. Faltam apenas 40 dias para que ela complete seis anos de instrução e ain-

da não está suficientemente discutida? — questionou o parlamentar.

No entender do senador, obstruir os trabalhos do Senado, inclusive na votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), é a única forma de chamar a atenção dos demais parlamentares para o que acontece com Rondônia. Em sua opinião, a reformulação do Código Florestal pretendida por essa MP “é muito bonita para fazer discurso fora do Brasil” a respeito de proteção do meio ambiente, mas inviável para o seu estado.

Moreira Mendes pediu ainda a transcrição, nos Anais do Senado, de manifesto assinado por diversas entidades contra o descalço com que a votação da MP vem sendo tratada.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson e Álvaro Dias